

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.801.249 - RS (2019/0059671-2)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : ALAN FRACASSO DE LIMA**  
**ADVOGADO : ANDRÉ EMÍLIO PEREIRA LINCK - RS073503**  
**RECORRIDO : UNIÃO**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : ALAN FRACASSO DE LIMA**  
**ADVOGADO : ANDRÉ EMÍLIO PEREIRA LINCK - RS073503**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ALAN FRACASSO DE LIMA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE. PORTARIA PGR Nº 350/2010. UTILIZAÇÃO DE MEIO DE LOCOMOÇÃO DIVERSO DO TRANSPORTE PÚBLICO.

1. É devido o pagamento de auxílio-transporte aos servidores que façam uso de algum meio de transporte, seja público ou privado, para se deslocarem entre sua residência e o local de trabalho, sendo descabida a exigência de comprovação de gasto específico, mediante a apresentação de bilhetes para o pagamento do auxílio-transporte.
2. A limitação de que os locais de residência e trabalho estejam circunscritos na mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, prevista no artigo 1º, § 4º, da Portaria PGR nº 350/2010, não configura ilegalidade, pois tem por objetivo evitar que a Administração Pública se responsabilize pelo ressarcimento de longos deslocamentos em descompasso com o princípio da economicidade" (fl. 159e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 171/172e), os quais foram parcialmente providos, nos seguintes termos:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. PREQUESTIONAMENTO.

1. A retificação de acórdão só tem cabimento nas hipóteses de inexatidões materiais, erros de cálculo, omissão, contradição ou obscuridade.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Os embargos declaratórios não servem ao objetivo de rediscutir o mérito da causa.
3. Se o acórdão decidiu contrariamente às pretensões da parte, não será na via dos embargos declaratórios que buscará reformar o decisum, sob pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese só admitida excepcionalmente.
4. De forma a viabilizar o acesso às Instâncias Superiores, possível o acolhimento dos embargos de declaração, ainda que seja para tão-somente explicitar que a decisão embargada não contrariou nem negou vigência aos dispositivos legais invocados" (fl. 195e).

Opostos novos embargos de declaração (fls. 234/236e), foram rejeitados, nos termos da ementa a seguir:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO.

1. A retificação de acórdão só tem cabimento nas hipóteses de inexatidões materiais, erros de cálculo, omissão, contradição ou obscuridade.
2. Os embargos declaratórios não servem ao objetivo de rediscutir o mérito da causa.
3. Se o acórdão decidiu contrariamente às pretensões da parte, não será na via dos embargos declaratórios que buscará reformar o decisum, sob pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese só admitida excepcionalmente" (fl. 244e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação ao **art. 1º da Medida Provisória 2.165-36/2001** e ao **art. 1º, § 4º, da Portaria PGR/MPU 350/2010**, ao fundamento de que:

"Com efeito, este Colendo Tribunal em inúmeros precedentes já garantiu que a interpretação do art. 1º da Medida Provisória nº 2165-36/2001 é no sentido contrário ao acórdão, qual seja: atos normativos de índole INFRALEGAL não podem restringir ou inovar no ordenamento jurídico, avançando na regulamentação da Medida Provisória, isto é, na contramão dos direitos garantidos pela Legislação Federal, no caso, a Medida Provisória prequestionada (art. 1º da MP nº 2165-36/2001).

Note-se que o art. 1º, §4º da Portaria PGR/MPU nº 350/2010, inova

claramente no ordenamento jurídico ao assim estipular, verbis:

Art. 1º O Auxílio-Transporte devido aos servidores do Ministério Público da União destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo convencional municipal, distrital, intermunicipal ou interestadual, nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho.

(...)

§ 4º A concessão do Auxílio-Transporte interestadual e/ou intermunicipal aos servidores limitar-se-á aos deslocamentos dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídos, condicionado seu deferimento e manutenção à apresentação mensal da 2ª via dos bilhetes de passagem emitidos pela concessionária de transporte coletivo, excetuado o 1º mês de concessão do benefício e as linhas que comprovadamente não emitem bilhetes.

Nota-se que o Ilustre Desembargador Relator CONFESSA de forma clara e límpida que o voto não se fundamentou na Legislação Federal (Medida Provisória nº 2165-36/2001), mas nos termos da Portaria PGR n. 350/2010, isto é, dando mais relevância às inovações da legislação infralegal ao invés da legislação federal, numa completa inversão de valores que compromete o direito do autor e faz injustiça, de forma escandalosa, pois realça a Portaria interna à legislação federal.

Inclusive, o Desembargador Relator do acórdão recorrido, ao invés de reconhecer a impossibilidade da Portaria inovar na Legislação Federal, entendeu, extra- petita, de ofício, deferir o benefício apenas entre a cidade de Novo Hamburgo com a cidade de Porto Alegre (o que não foi sequer pedido na inicial, pois o autor mora em Nova Petrópolis), para que o pleito se adequasse à Portaria nº 350/2010, num malabarismo sem precedentes, transformando o pedido inicial numa verdadeira JABUTICABA.

Ora! Esta decisão tem que ser exemplarmente combatida por meio deste Apelo Nobre. Pois é evidente que qualquer ato infralegal que inova no ordenamento jurídico para além do que prevê a legislação federal, não deve ser, em nenhuma hipótese, levado em consideração.

(...)

Com efeito, conforme já registrado, o acórdão recorrido se vale do art. 1º, §4º da Portaria PGR/MPU nº 350/2010 para interpretar de forma

# *Superior Tribunal de Justiça*

restritiva o reconhecimento do direito do autor, mitigando o seu direito pleno ao benefício, inovando no ordenamento jurídico e exigindo que o servidor resida e labore em “microrregiões” não estabelecidas na Medida Provisória nº 2165-36/2001, obstaculizando e incluindo diversas condições para que se dificulte o direito do servidor em receber o auxílio transporte na sua totalidade, que engloba as passagens interurbanas: em Nova Petrópolis até a Rodoviária e em Novo Hamburgo até a Rodoviária; e intermunicipal entre Nova Petrópolis e Novo Hamburgo.

Veja-se, Excelência, que a Portaria PGR/MPU nº 350/2010, visivelmente extrapola os limites legais e adentra no próprio conteúdo normativo, o desafiando" (fls. 258/261e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente Recurso Especial ao efeito de reformar o acórdão para: 1) RECONHECER a violação do acórdão do evento 05 dos autos ao art. 1º da Medida Provisória nº 2165-36/2001, e seja aplicado o correto entendimento deste STJ, no sentido de que: é sim cabível a concessão do auxílio transporte ao servidor público que utiliza-se de veículo particular, no interesse do serviço, para deslocar-se da cidade em que reside para a cidade em que trabalha em sua ÍNTEGRA (passagens interurbanas e intermunicipais durante o período buscado na inicial), e RECONHECER que a Portaria PGR/MPU nº 350/2010 é um ato infralegal que, ao prever uma série de restrições estranhas ao texto da Medida Provisória nº 2165-36/2001, como a inclusão de necessidade que os servidores habitem nas mesmas microrregiões em que trabalham inova no ordenamento jurídico, na forma do aresto AgInt no REsp nº 1.323.295/DF, Relator Ministro Sérgio Kukina; 2) RECONHECER, assim, os pedidos da Inicial (evento 01 dos autos), quais sejam: (...) c) ao final, seja julgado INTEGRALMENTE PROCEDENTE O PRESENTE PLEITO NO SENTIDO DE: 1) ordenar/mandar a União Federal a pagar, imediatamente, a título de indenização mensal, o auxílio-transporte, a que o impetrante faz jus, fulcrado no art. 1º da Medida Provisória nº 2.165-36/2001 e Portarias nº 869 e 350 da PGR; 2) restituir os valores a título de auxílio transporte dos meses vencidos, desde a lotação do autor no Ministério Público Federal em Novo Hamburgo – RS; considerando o período prescricional (5 anos, Decreto 20.910/32 e súmula nº 85 do STJ) ou apenas estornados, corrigidos monetariamente, com juros de mora de 0,5% ao mês, conforme art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 e Lei nº 11.960/2009, porquanto anulada/sustada a indenização do autor, tramitava o processo administrativo nº 1.29.000.002651/2014-74, sem efeito suspensivo, acarretando prejuízos ao impetrante" (fls. 264/265e).

Contrarrazões a fls. 287/299e.

Admitido o Recurso Especial (fls. 313e).

A irresignação não merece prosperar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, com o objetivo de sustar a decisão administrativa do processo nº 1.29.000.002651/2014-74, e ordenar à União a implantação em folha de pagamento, a título de indenização mensal, do auxílio-transporte, fulcrado no art. 1º da Medida Provisória 2.165-36/2001 e Portarias 869 e 350 da PGR.

Julgada parcialmente procedente a demanda, recorreram autor e réu, tendo sido reformada, em parte, a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Confira-se a fundamentação do aresto ora combatido:

"O auxílio-transporte constitui vantagem de caráter indenizatório, integrando a remuneração do servidor público federal, nos termos do art. 49, inciso I, combinado com o art. 51, inciso III, da Lei n. 8.112/90.

(...)

No âmbito do Ministério Público da União, a questão é regulamentada pela Portaria PGR n. 350/10, nestes termos (grifo nosso):

Art. 1º O Auxílio-Transporte devido aos servidores do Ministério Público da União destina-se ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo convencional municipal, distrital, intermunicipal ou interestadual, nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho, excetuadas aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho.

(...)

§ 4º A concessão do Auxílio-Transporte interestadual e/ou intermunicipal aos servidores limitar-se-á aos deslocamentos dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídos, condicionado seu deferimento e manutenção à apresentação mensal da 2ª via dos bilhetes de passagem emitidos pela concessionária de transporte coletivo, excetuado o 1º mês de concessão do benefício e as linhas que comprovadamente não emitem bilhetes.

(...)

Art. 2º O Auxílio-Transporte corresponderá ao valor que exceder a 6 % (seis por cento) do vencimento do cargo efetivo ocupado pelo servidor ou da retribuição do cargo em comissão, quando se tratar de servidor que não ocupe cargo efetivo.

(...)

§ 2º Não fará jus ao Auxílio-Transporte o servidor que:

(...)

III - tiver à sua disposição transporte próprio ou contratado pela Administração, em trechos e horários compatíveis com a jornada de trabalho;

No caso dos autos, as partes controvertem quanto às restrições previstas na regulamentação dada pelo Ministério Público da União, notadamente as de utilização de transporte coletivo, com a respectiva comprovação, e de os locais de residência e trabalho estarem circunscritos na mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

Conforme já sugere a própria nomenclatura do benefício, o auxílio-transporte destina-se ao custeio de parte dos gastos dispendidos pelo servidor com seu deslocamento para o local de trabalho e vice-versa.

Independentemente da modalidade de transporte de que o servidor se vale para seu deslocamento, está sempre presente o mesmo denominador comum: a despesa com o transporte, apto a atrair, portanto, a necessidade de pagamento da indenização de auxílio-transporte.

**Nessa esteira, não se revela razoável agregar aos requisitos para concessão do auxílio-transporte qualquer restrição quanto à modalidade de transporte utilizado ou ao seu caráter, se particular ou se coletivo.**

É impossível abstrair qualquer interesse do Estado na utilização de uma ou outra modalidade de transporte, posto que, na situação, somente lhe interessa que o servidor chegue à repartição para o exercício de suas atribuições.

**Não se pode aceitar tal imposição das referidas normas legais sem deixar de malferir o princípio constitucional da igualdade, lapidado no art. 5º, 'caput', da Constituição Federal.** Sobre a questão, é primoroso o magistério de Celso Antônio Bandeira de Mello, o qual entende que é ofendido o princípio da igualdade quando:

III - a norma atribui tratamentos jurídicos diferentes em atenção ao fator de *discrímen* adotado que, entretanto, não guarda relação de pertinência lógica com a disparidade de regimes outorgados;

IV - a norma supõe relação de pertinência lógica existente em abstrato, mas o *discrímen* estabelecido conduz a efeitos contrapostos ou de qualquer modo dissonantes dos interesses prestigiados constitucionalmente;

(...)

(MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do

Princípio da Igualdade. 3. ed. atual. 12. tiragem. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 47-48).

Outrossim, vincular a concessão do benefício à utilização de transporte público também deixaria injustificadamente ao relento servidores que residissem em localidades sem cobertura de transporte coletivo até seu local de trabalho. Não se pode atribuir ao servidor tal ônus, decorrente da própria má prestação do serviço público de transporte coletivo pelo Estado.

Permitir ao servidor, sem prejuízo do auxílio-transporte, a livre escolha do seu meio de locomoção para o trabalho e para o respectivo retorno a sua residência não implica dizer que o 'quantum' a ser indenizado será ilimitado.

Com relação ao critério razoável para apuração do valor do benefício, revela-se oportuno considerar como parâmetro a despesa que seria realizada caso fosse utilizado o transporte coletivo que cobre o trajeto. Assim, na hipótese de o servidor não possuir interesse na utilização de transporte coletivo, de menor custo, fica a seu critério, mas também às suas expensas, a utilização de meio mais rápido, conveniente ou confortável. Por consequência lógica, desnecessária a apresentação de recibos de pagamento de transporte coletivo, tendo em vista a faculdade de o servidor utilizar qualquer modalidade de transporte.

**Contudo não há ilegalidade no estabelecimento da limitação de os locais de residência e trabalho estarem circunscritos na mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, prevista no art. 1º, § 4º, da Portaria PGR n. 350/10.**

**Afinal, claro é o objetivo da Administração Pública de evitar o ressarcimento de longos deslocamentos. Em desejando o servidor residir em cidade longínqua daquela em que exerce duas atribuições, deve ele próprio arcar com tal opção.**

Entretanto, não importa dizer que não faz jus a qualquer valor a título de auxílio-transporte.

Uma vez que na apelação da União consta que o autor residente em Nova Petrópolis que faz parte da Microrregião Gramado/Canella e que o seu local de trabalho é em Novo Hamburgo que faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, entendo que deva ser usada como parâmetro, o valor gasto com transporte de Porto Alegre a Novo Hamburgo, tendo em vista que as distâncias se assemelham.

**Portanto a parte autora faz jus ao auxílio-transporte para cobrir os custos do trajeto de Porto Alegre/RS a Novo Hamburgo/RS,**

**desde a data do requerimento administrativo**, enquanto permanecer percorrendo tal trajeto para o exercício das atribuições do cargo público que atualmente ocupa, independentemente da apresentação de recibos de pagamento de transporte coletivo, devendo ser tomado como parâmetro o custo das passagens de ida e de volta em transporte coletivo, vedados os seletivos ou especiais, observado o desconto correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento básico (art. 2 da Portaria PGR n. 350/10).

Em relação à prescrição quinquenal, consoante o artigo 1º do Decreto nº. 20.910/32, o direito de ação contra a União prescreve em 5 (anos) contados da data do ato ou fato que o originou. Se a relação jurídica existente for de trato sucessivo, porém, a prescrição incide tão-somente sobre as parcelas em atraso, anteriores ao lustro do ajuizamento da ação, desde que não inexistam indeferimento administrativo ao direito postulado. É o que dispõe a súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça:

Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

Por ter sido a ação proposta em 2016, faz jus o autor desde outubro de 2013" (fls. 152/156e).

Exsurge dos autos que, a parte recorrente interpôs dois embargos de declaração, nos quais sustenta obscuridade e pleiteia a concessão de efeitos infringentes para: "Não permitir que seja adotado o preço de passagens do Trensurb, que é um serviço NÃO DISPONÍVEL ao autor no trajeto Novo Hamburgo – Nova Petrópolis, mas sim o de passagem de ônibus intermunicipal entre Novo Hamburgo e Porto Alegre, mas que NÃO SEJA O TRENSURB; b) Ad Cautelam, requer-se então seja adotado o trajeto Nova Petrópolis – Caxias do Sul (cidade da microrregião de Nova Petrópolis)" (fl. 236e).

Não obstante, verifica-se que a tese ora sustentada pelo autor no bojo do Recurso Especial, de que "atos normativos de índole INFRALEGAL não podem restringir ou inovar no ordenamento jurídico, avançando na regulamentação da Medida Provisória" (fl. 258e), não foi declinada nos aclaratórios, tampouco objeto de análise pelo acórdão recorrido, ausente qualquer juízo de valor a respeito.

De fato, por simples cotejo das razões recursais e dos fundamentos do acórdão, percebe-se que, além da ausência de manifestação expressa, a tese recursal, vinculada aos citados dispositivos legais, tidos como violados, não foi apreciada, no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada



pelo Tribunal de origem, nem opôs a parte ora agravante os devidos Embargos de Declaração para suprir eventual omissão do julgado.

Diante desse contexto, **a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento** – requisito viabilizador da abertura desta instância especial –, atraindo o óbice das **Súmulas 282 e 356/STF**, segundo as quais "é inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "o ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".

Para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL DO SERVIDOR. HERDEIROS DE EX-PENSIONISTAS. **PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE RECURSAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 282/STF. CORRETA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.**

1. A tese jurídica debatida no recurso especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento. Súmula 282 do STF (AgRg no REsp 1374369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 26/6/2013).

(...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 447.352/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/02/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. (...) ART. 192 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DO CREDOR. AFERIÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

(...)

**4. A tese da prescrição com base no art. 192 do Código Civil não comporta conhecimento, por falta de prequestionamento, visto que o acórdão abordou a questão prescricional com base nos arts. 174 do CTN e 40 da Lei n. 6.830/80, o que atrai a incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF ao ponto.**

(...)

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.461.155/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/03/2015).

Com efeito, "a exigência do prequestionamento, impende salientar, não é mero rigorismo formal, que pode ser afastado pelo julgador a que pretexto for. Ele consubstancia a necessidade de obediência aos limites impostos ao julgamento das questões submetidas ao E. Superior Tribunal de Justiça, cuja competência fora outorgada pela Constituição Federal, em seu art. 105. (...) A competência para a apreciação originária de pleitos no C. STJ está exaustivamente arrolada no mencionado dispositivo constitucional, não podendo sofrer ampliação" (STJ, REsp 1.033.844/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/05/2009).

Por fim, no que tange ao **dissídio jurisprudencial**, cumpre destacar que a interposição do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional exige que o recorrente cumpra o disposto no referido dispositivo e o disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (atual art. 1.029, § 1º, do CPC/2015), no art. 26 da Lei 8.038/90 e no art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Assim, é inviável a apreciação de Recurso Especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio do **cotejo analítico**, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma.

Deixando o recorrente de assim proceder, carece de fundamentação recursal, incidindo o disposto na Súmula 284/STF, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

**A parte ora recorrente omitiu-se de realizar o necessário cotejo analítico, limitando-se a transcrever as ementas dos julgados apontados como paradigmas, furtando-se de demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, atraindo, assim, o óbice da Súmula 284/STF.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.374.916/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2013; AgRg no AREsp 306.717/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2013.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço do Recurso Especial.**

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

